

NATUREZA E FUNÇÃO DA LITERATURA

Eliane Maria de Oliveira GIACON

PG/ASSIS/UEMS/FINAN

Resumo: A literatura é um termo que suscita várias definições desde a raiz dessa palavra: *Littera* até a seleção do que é e do que não é literatura de um país. Se definir literatura é algo complexo até para teóricos como Culler e Eagleton, há uma segunda via, que não passa pela definição pura e simples, mas que toca em dois pontos importantes: o que é e para que serve literatura. O que é refere-se à natureza da literatura e para o que serve centra-se na questão das funções da mesma. A natureza pode ser normativa ou descritiva e as funções são de estética, lúdica, cognitiva, catártica e pragmática. Sabendo o que é e para o que serve é um bom ponto de partida para o estudo da literatura.

Palavras-chaves: literatura, natureza, função.

A origem da palavra *literatura* remonta ao lexema latino *litteratura*, que deriva do radical *littera*, que significa saber relativo à arte de escrever. Entre os autores cristãos do século XVI, como Cassiano e S. Jerônimo houve uma distinção entre “literatura” – corpus de textos pagãos e “escritura”, referente a textos sagrados. Esse exemplo serve de imediato para que seja possível ao leitor deste texto perceber que embora todos falem, estudem, escrevam e discutam sobre literatura, sua definição pura e simples é um tanto complexa. E este trabalho não pretende fechar a definição de literatura, nem tão pouco contrapô-la com escritura, mas em linhas gerais encontrar pressupostos para um estudo sobre a natureza e a função da literatura.

Antes do século XIX, segundo Culler (2000), as pessoas escreviam todo tipo de texto, que recebiam a denominação de literatura, sendo eles desde tratados de Medicina e Ciências Naturais até os poemas de Homero, pois tudo significava texto escrito. Hoje a mudança é substancial e textos como Eneida de Virgílio ou Odisséia de Homero recebem um tratamento diferenciado.

Esse sentido moderno de literatura foi atribuído por Madame Staël, no final do século XVII, na obra *Sobre a Literatura comparada e suas Relações com as Instituições Sociais*. Essa obra algumas perspectivas quanto ao que pode ser considerado como literatura e como os textos literários devem ser tratados. Depois dessa fase em que o Romantismo colocou as pilastras da modernidade sobre o que era a literatura e como a literatura de cada povo deveria ser tratada. Surgiram vários estudos e agora na Contemporaneidade é interessante notar com Culler(2000) que alguns textos são literatura de acordo com a concepção que cada sociedade faz dele.

Assim há um exemplo prático na Literatura Brasileira que ocorre no livro *História da Literatura Brasileira* de Silvio Romero, na qual ele considerou como Literatura Brasileira as primeiras cartas dos viajantes, os poemas de Gregório de Matos, os contos da oralidade brasileira e ensaios de Direito Civil. A seleção do crítico levou em conta o conceito anterior a Staël, que define literatura como produção escrita. Outros críticos brasileiros fizeram escolhas diferentes da de Silvio Romero.

É possível perceber numa leve passada pelas obras sobre Literatura Brasileira, que em 1912, *Estudos de Literatura Brasileira*, José Veríssimo restringe o conceito de literatura em arte literária e se preocupa com a estética e seleciona textos para a obra citada, que foram escritos por brasileiros ou estrangeiros, que criam obras com intenção de ser arte de acordo com os conceitos da época; Antônio Cândido em *Formação da Literatura Brasileira*, 1964, determina o início da Literatura Brasileira a partir do ano de 1750 com um conjunto de obras com temas brasileiros, pois segundo ele o escritor/ poeta desse período estava empenhado em criar uma literatura nacional.

Cândido se preocupa com a tradição. E para ele o que ocorreu antes foram manifestações esparsas. Assim para ele Gregório de Matos por traduzir Gôngora e Quevedo traz muitos reflexos desses poetas em suas obras. Araripe Junior (1963) sobre a poética barroca de Gregório de Matos diz que a obriubilação brasílica melhorou o poeta, pois segundo ele ao passar pelo Equador sofreu transformações pelo meio ambiente.

Posições a parte o que é possível perceber nos estudos sobre formação da literatura brasileira seja com Antônio Cândido, Haroldo de Campos, Alfredo Bosi ou Afrânio Coutinho, é que a tentativa preliminar destes foi selecionar de acordo com suas concepções estéticas e filosóficas quais obras seriam representativas para comparem a Literatura Brasileira. E assim pode-se dizer que textos que em determinada época não são considerados literatura passam a sê-los em outras.

Tomando por base as observações acima e precedente uma leitura de Terry Eagleton (2001), Roberto Acízelo de Souza (2000) e John Culler (2000) podemos verificar que eles formulam conceituações de literatura, e todas elas passam por estudos críticos da história da literatura de muitos países. E em todos os casos a definição do conceito de literatura é de difícil delimitação, contudo é interessante observar como eles encontram formas de tentar definir literatura. Para Culler (2000) “ a literatura é uma instituição paradoxal porque criar literatura é escrever de acordo com fórmulas já existentes” (p. 47), fórmulas estas que segundo Eagleton (2001, p. 2) “intensificam a linguagem comum” sugerindo algo diferente da linguagem usual. Então se a linguagem é intensificada, logo são necessários mecanismo para

dizer o que é e para que serve a literatura, portanto para estudar literatura é necessário explicar sua “origem, natureza e função” (SOUZA, 2000, p. 9).

Em linhas gerais Souza diz: “a origem da literatura é o ensinamento dos deuses; sua natureza consiste em ser uma narrativa dotada de especial poder de encantamento sua função é reconstituir as ações dos heróis. (2000. p. 10)” de tal forma que seja possível dividir estes dois conceitos finais de natureza e função em seus desdobramentos. Assim a natureza da literatura pode ser normativa ou descritiva e as funções podem ser de estética, lúdica, cognitiva, catártica e pragmática.

A natureza normativa diz como ela é e como ela deve ser julgada. Para tanto são necessários conceitos e orientações sobre a produção dos poetas e prosadores e em consonância com estes pressupostos, uma obra deva ser estudada em comum acordo com “[...]propriedades ou traços específicos.” (CULLER, 2000, p. 35). Por seu lado a natureza descritiva diz o que a literatura “[...] é e como ela deva ser julgada [...], numa atitude [...] que favoreça uma espécie de especulação aberta.” (SOUZA, 2000, p. 13). A partir desta divisão proposta por Souza podem ser os cinco pontos sobre a natureza da literatura propostos por Culler: literatura como colocação em primeiro plano a linguagem; literatura como integração da linguagem; literatura como ficção; literatura como objeto estético; literatura como com construção intertextual e reflexiva.

Segundo Eagleton (2000, p. 2) a literatura é mais o emprego da linguagem do que ficção ou imaginação. E com Culler observa-se que a literatura tem natureza de ser linguagem e ao mesmo tempo a integração desta com uso de melopédia como rimas, ritmo, metrificção, que são marcas relevantes da literariedade, Portanto “o objeto da ciência da literatura não é a literatura, mas a literariedade” (JAKOBSON 1971, p. 15), que assegura a definição de uma obra como literatura. Um exemplo disso ocorre com poema do modernista Manuel Bandeira: “Quero antes o lirismo dos loucos/ O lirismo dos bêbados/ O lirismo difícil e pungente dos bêbados/ O lirismo dos Clowns de Shakespeare”. Observa-se que a métrica dessa estrofe é irregular, que não há rimas externas, mas então como é dizer que é literatura? Por um fator importante que se refere à linguagem, pois o poeta, nesse caso usou a anáfora para repetir a palavra lirismo a ponto de dessacralizá-lo; usou os ritmos ternário e quaternário para criar um efeito de dissonância com as estéticas anteriores como o Simbolismo e o Parnasianismo.

Esses artifícios fazem com que esse texto tenha natureza de literatura, contudo há a propaganda e alguns textos jornalísticos, que utilizam a Função Poética para causar efeitos de estranhamento da linguagem. Portanto para definir literatura é necessário atentar para a sua natureza, no tocante a linguagem e integração desta no texto.

Além da linguagem a literatura tem como natureza ser ficção, num evento lingüístico que de forma ordenada, utilizando os dêiticos (traços de orientação) em relação à personagens e narrador, a fim de promover dois pontos de articulação um que se refere ao contexto da narrativa e outro das múltiplas interpretações possíveis. Assim na obra *Recordações do escrívão Isaias Caminha* (1909), Lima Barreto se identifica com o personagem, um jornalista mulato humilhado no mundo dos brancos. Esse contexto sugere múltiplas interpretações como a de Silviano Santiago (1989, p. 11), que coloca no mesmo patamar personagem e autor, no prefácio da edição francesa de *Memórias do Escrívão Isaias Caminha* ao dizer que[...] Machado de Assis, Lima Barreto e Isaias Caminha acabam por retirar de suas sucessivas experiências, tristes e decepcionantes, de seus anos de formação e de seus primeiros anos de vida profissional [...]” Num sentido mais amplo, ele coloca no mesmo patamar o autor Lima Barreto, o personagem Isaias Caminha e um outro escritor mulato, nesse caso machado de

Assis. Portanto, é possível dizer que o artefato literário deixa em aberto a relação da obra com o mundo, de tal forma que múltiplas interpretações possam ser dadas, de acordo com as leituras e de acordo com os leitores de épocas diferentes.

Longino, no século II a. C. escreveu o tratado do *Sublime*, no qual ele levanta alguns pontos sobre o belo para uma obra de arte, Immanuel Kant, no século XIX, define objeto estético como obras literárias por estas conterem um combinação de formas e de conteúdo espiritual, podendo segundo Culler “juntar o material e o espiritual”(2000, p. 39). E o texto como objeto estético reside sua finalidade na construção harmônica das partes seja de um poema ou de um texto nem prosa. Estes artefatos literários abrem perspectivas que exortam o leitor a considerar a relação entre a forma e o conteúdo.

A literatura tem natureza de ser uma construção intertextual e auto-reflexiva. A prioridade, no momento, é mister distinguir quando ela é intertextual e quando ela é auto-reflexiva. Ser intertextual não é uma característica nova da literatura, pois em *Os Lusíadas* de Camões percebe-se a presença a obra *Odisséia* de Homero. A intertextualidade é, portanto, a presença de uma obra dentro da outras e que pode ocorrer de várias formas com a inserção de uma obra dentro da outra ou a alusão a um outro texto. Assim no poema *Poética* de Manuel Bandeira, citado acima, ele faz referência aos palhaços de Shakespeare. Neste mesmo poema num trecho anterior, o poeta faz uma auto-reflexão sobre a literatura e o uso a linguagem como forma de criar a literariedade: “ Abaixo os purista/ todas as palavras sobretudo os barbarismo universais/ Todas as construções sobretudo a sintaxe de exceção/ Todos os ritmos sobretudo os inumeráveis”.

Essa reflexão sobre a arte de escrever, faz com que a literatura volte-se sobre si mesma para fazer se auto avaliar. Tanto a intertextualidade como a auto-reflexão não são algo novo na literatura, mas vêm sendo mais estudados na contemporaneidade.

A literatura além de ter uma natureza, ela também tem função, ou melhor funções e desde a antiguidade, Aristóteles enaltecia a função da literatura, que para ele centrava-se no grau catártico. E segundo D’Onofrio (2002) as funções da literatura são “estética [arte da palavra e expressão do belo], lúdica [provocar um prazer], cognitiva [forma de conhecimento de uma realidade], catártica [purificação dos sentimentos] e pragmática [pregação de uma ideologia] (p.23).

Das funções da literatura, a estética é aquela, que cumpre o papel de fazer o ato de escrever literário diferente dos outros. Considera-se um texto como literário se ele cumprir a função de representar de forma artística o real. Na arte em geral a estética de um quadro ou de uma pintura depende da forma com que o artista combina as cores e as formas. Na literatura, combina-se forma e conteúdo. Para tanto o artista literário utiliza os mecanismos de cada gênero. Um gênero lírico distingue do dramático, não apenas por nomenclatura, mas pela forma e pelo conteúdo. No lírico há o emprego da percepção do eu poemático em relação ao real, em contrapartida no dramático some o eu-poemático e entra em cena a falas dos personagens. A função estética muitas vezes ocorre pelo estranhamento que uma obra causa.

Observe os exemplos abaixo: “ Discreta e formosíssima Maria/[...] Em tuas faces a rosa Aurora/[...] Oh não aguardes que a madura idade/Te converta essa flor, essa beleza/ Em terra, em cinza, em pó, em sombra/ em nada”. Nesse excerto do poema lírico *A Maria de Povos, sua futura Esposa* de Gregório de Matos é possível perceber a descrição da beleza feminina como forma estética, que se decompõe com o tempo. Contratando a vida e a morte.

No próximo texto de Guimarães Rosa, a função estética ocorre pelo tom filosofante, que a linguagem roseana adquire e que pode ser observada nesse excerto da obra *Grande Sertão: veredas* (1956). “Hem? Hem? O que mais penso, testo e explico: todo-o-mundo é louco. O senhor, eu, nós, as pessoas todas. Por isso é que se carece de religião: para se desendoidecer, desdoidar”. (p. 54) Tom este que discute temas universais e a função da religião para que o prefixo *des* seja elemento modificador do homem. Pela negação da verdade real, o homem utiliza o místico (religião). Os dois textos citados são exemplos de como a literatura defini-se não apenas como conceito, mas sim por funções que ela pode exercer como ocorre com a função lúdica.

Função lúdica da literatura ocorre por meio de um jogo, no qual o artista executa a literatura por prazer, que pode ser como forma de trabalho ou até mesmo como um

passatempo, e o leitor sente o prazer de ler um texto. Essa via de mão dupla necessita de dois componentes: o emissor e o receptor para se realizar e eles não convivem simultaneamente. Contudo entre os dois ocorre um pacto.

As vezes o autor se distancia do leitor, em outras ele o traz para bem perto de si como ocorre com Machado de Assis, que em várias passagens diz ao leitor que a escrita é uma forma de passar o tempo. Ao mesmo tempo em que ele diz ser um jogo a arte de escrever, ele convoca o leitor para que este seja um leitor ruminante e possa assim digerir um texto de forma totalizante. Se um o leitor rumina um texto, logo abrir-se-á perspectivas cognitivas para o texto literário e uma das funções da literatura é ser cognitiva.

A função cognitiva evidencia que a alta literatura produz um certo grau de conhecimento, que é passado ao leitor, este por sua vez o incorpora no seu fazer diário, de tal forma que com o passar do tempo, sendo essas histórias matéria ficcional, elas não deixa de ser um conhecimento a ser repassado. Um exemplo desse tipo de função da literatura ocorre nesse excerto de *O Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915): *A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia[...] E, bem pensando, mesmo na sua pureza, o que vinha a ser a Pátria? Não teria levado toda a sua vida norteado por uma ilusão[...]* (p. 245).

O conhecimento sobre o personagem e a relação deste com o discurso sobre pátria não seria um saber a mais a ser incorporado pelo leitor? Seria sim e tanto que é feito que o discurso de Quaresma via carnavalização dos discursos de identidade passa a ser incorporado pelo leitor, abrindo várias perspectivas de leitura de uma obra. Às vezes a obra, além de despertar o leitor para o conhecimento, também executa uma outra função: a catártica.

A função catártica ou catarse, apontada por Aristóteles, é aquela que faz com que o leitor purifique os seus sentimentos ao se defrontar com uma obra literária. Isso ocorre por vários fatores e depende muito da vivência de leitura do leitor e da capacidade do escritor de aguçar a imaginação do leitor. Nas peças teatrais e no cinema, essa função atinge seu grau máximo pelo uso das faculdades de visão e audição, contudo nos textos literários é necessário que o escritor faça o leitor percorrer um caminho tortuoso até o conflito para tingir o máximo do grau catártico de uma obra. Alguns contos fazem isso como é o caso de *Pai contra mãe* de Machado de Assis, no qual para salvar o seu filho da fome, um caçador de recompensas entrega uma negra grávida e fugitiva. Ele a joga com tanta violência aos pés do dono, que ela ali na frente deles aborta a criança.

O efeito de catarse no leitor faz com que este avalie os valores referentes ao direito à vida e as ideologias que são pregadas pela humanidade.

A função pragmática refere-se a uma outra característica da literatura que se centra na questão da capacidade da arte literária em pregar uma ideologia. Pregando uma ideologia em Literatura Brasileira tem ocorrido com mais frequência do que os leitores e críticos possam imaginar. Obras do Romantismo como *Iracema* (1857) de José de Alencar, cujo projeto era fazer um romance que contasse a origem do povo cearense, em termos do mestiço, o brasileiro, a fim de escrever um discurso de identidade nacional via entrelaçamento entre branco e índio. Nesta composição ideológica, o negro por ter transplantado e não elemento autóctone, não é figura nas obras de Alencar de fundação da nacionalidade brasileira.

No Modernismo a obra *Macunaíma* (1928) de Mário de Andrade prega um discurso ideológico voltado para a brasilidade via bricolagem das etnias e da cultura dos negros, brancos e índios, centradas em Macunaíma, que viaja pelo Brasil em busca de uma pedra mágica, ao mesmo tempo que encontra-se frente a frente com a descoberta de um Brasil discursivo centrada em lendas e contos sobre a terra e seus mistérios. Macunaíma não desvenda mistérios como os heróis medievais, mas os absorve, a fim de ser tudo e tudo ser ele.

A procura do significado da palavra literatura, talvez passe segundo Eagleton (2001) não pelo fato dela ser ficcional ou imaginativa, mas porque ela “transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana”. (p.2). Talvez seja por este caráter motor, que a literatura não necessita de definição, mas sim de mecanismos que demonstrem o que ela é e o que ela faz com temas, com ideologias, com as palavras e com a arte do homem em mimetizar o real.

O processo de transformar o real em ficcional passa pela natureza da literatura e das funções a ela atribuídas em cada situação. Em termos comuns seriam a massa e as formas, que se encaixam para a produção do alimento do espírito do homem, o texto.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR E SILVA, V. M. **Teoria da literatura**. Coimbra: Livraria Almedina, 1991.

CAIRO, L. R. V. “História da Literatura Comparada e Crítica Literária: Frágeis Fronteiras disciplinares.” In: **Revista de Literatura comparada**. México: Cidade Universitária, 1997.

CULLER, J. **Teoria literária**. São Paulo: Beca, 1999.

D’ONOFRIO, S. **Teoria do texto: prolegômenos e teoria da narrativa**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002.

EAGLETON, T. **Teoria da Literatura: uma introdução**. 4.ed. Trad. Waltensi Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOISÉS, M. **A Literatura Brasileira através dos textos**. 23. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

PROENÇA FILHO, D. **A linguagem literária**. São Paulo: Ática, 2000.

RODRIGUES, A Medina (et alli) **Antologia da Literatura Brasileira: textos comentados do classicismo ao pré-modernismo**. São Paulo: Marco Editorial, 1979.

SANTIAGO, S. **Memórias do escrivão Isaiás Caminha**. 2. ed. São: Edusp. 1989.

SOUZA, R. A. **Teoria da Literatura**. 8.ed. São Paulo: Ática, 2000.

TAVARES, H. **Teoria Literária**. 12. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.